

A SAÚDE MENTAL E A LOUCURA: JUSTIFICATIVAS PARA LEGITIMAR A DESUMANIZAÇÃO DO SUJEITO INSTITUCIONALIZADO

Gabriela Bigirdy Almeida Mota – Acadêmica de Psicologia da Faculdade Ages de Jacobina, gabrielabigirdy@gmail.com;

Ana Clara Cruz de Souza - Acadêmica de Psicologia da Faculdade Ages de Jacobina, anaclaraages@gmail.com;

Kemilly Souza Soares Lima da Silva - Acadêmica de Psicologia da Faculdade Ages de Jacobina, kemillysoares02@gmail.com;

Maria Clara Batista Moraes - Acadêmica de Psicologia da Faculdade Ages de Jacobina, mclaraamoraes@gmail.com;

Esmerae Silva Dantas - Acadêmica de Psicologia da Faculdade Ages de Jacobina, esmerae.dantass@gmail.com;

Talita Roberta Almeida de Araújo - Acadêmica de Psicologia da Faculdade Ages de Jacobina, roberta12talita@gmail.com;

Roberta Cerqueira Lima São Pedro - Acadêmica de Psicologia da Faculdade Ages de Jacobina, rober.ta15cerq@gmail.com;

Victor Hugo Santos Andrade - Acadêmico de Psicologia da Faculdade Ages de Jacobina, viictorandrade@gmail.com;

Msc. Martina Indira Jesus da Silva (Orientadora)

RESUMO

A história da saúde mental e da loucura é marcada por práticas que refletem percepções sociais deturpadas sobre a doença mental, trazendo luz às dinâmicas de poder que constituíam um modelo social hegemônico que impunha o parâmetro do ideal, do aceitável, onde os dispositivos de dominação eram utilizados com a finalidade de asilar aqueles que divergiam do que era estabelecido como normal. Dentre os espaços de segregação destinados aos desviantes da norma, encontravam-se os manicômios, caracterizados como instituições totais, e apresentavam-se como locais onde um grande número de sujeitos, levavam uma vida fechada e formalmente administrada, em condições que inevitavelmente o institucionalizado perdia a dignidade, os direitos e a subjetividade (Goffman, 1961). Por décadas, o modelo manicomial se revelou como um mecanismo de controle social, recorrendo a métodos violentos sob o pretexto de tratamento. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e com foco no caráter subjetivo do objeto analisado. Por fim, desenvolveu-se uma análise crítica de como a institucionalização do sujeito, caracterizada por um processo de violência, exclusão e desumanização, e que esteve amparada histórica e socialmente em um padrão moral, justificado através de mecanismos dominadores visando a estruturação e manutenção de um indivíduo dócil e submisso.

Palavras-Chave: Saúde Mental, Loucura, Desumanização.

INTRODUÇÃO

A percepção da loucura e o tratamento dos indivíduos entendidos como loucos evoluíram significativamente ao longo dos séculos, culminando em consideráveis

transformações nas áreas da medicina, sociologia e filosofia. Michel Foucault, em sua obra "História da Loucura na Idade Clássica" (1961), apresenta uma análise crítica do tratamento da loucura, demonstrando como as práticas de encarceramento e exclusão social, iniciadas no século XV, foram marcas da institucionalização. Este processo de marginalização, inicialmente visto como uma questão moral e social, culminou no uso indiscriminado de medicações para tratar a loucura durante o século XIX, com a iminência da psiquiatria como disciplina científica.

Essa análise crítica de Foucault revela a desumanização que permeia o manejo e os tratamentos oferecidos nos hospitais psiquiátricos, algo que também é abordado por Erving Goffman em seu conceito de instituições totais. A desumanização do sujeito institucionalizado refere-se aos cuidados e aos tratamentos oferecidos aos pacientes nos hospitais psiquiátricos, que implica a perda da dignidade, bem como o cerceamento da liberdade, e ainda revela a crueldade das intervenções. Nessas instituições a vida dos internos é controlada em todos os aspectos, levando à despersonalização e isolamento social (Goffman, 1961).

O objetivo geral desta pesquisa é discutir sobre o modelo manicomial e suas formas de tratamentos desumanos, evidenciando a utilização de métodos violentos e invasivos. Enquanto objetivos específicos a pesquisa busca: compreender como os acontecimentos sócio-históricos impulsionaram a implantação do modelo manicomial; debater a concepção da loucura enquanto dispositivo de controle e dominação sob a perspectiva Foucaultiana; e apontar o processo de desumanização dos sujeitos institucionalizados. Embasada em teorias científicas e políticas, esta peça acadêmica buscou analisar a higienização social e a purificação simbólica do corpo, a partir de estratégias de influência, controle e regulação, direcionadas especialmente aos socialmente indesejáveis. Portanto, esta pesquisa se concentra em entender a higienização da loucura na sociedade, englobando os aspectos teóricos e metodológicos de uma discussão que permanece pertinente na contemporaneidade.

METODOLOGIA

Para a realização deste artigo utilizamos o método de pesquisa bibliográfica, que de acordo com Shaughnessy, Zechmeister & Shaughnessy (2012), "é o movimento em que o autor busca e utiliza diferentes trabalhos publicados", isto é, peças de estudos sistematizados, que sirvam de base para as suas análises e comparações, visando explicar a relevância da pesquisa. Buscamos e coletamos dados por meio de artigos

científicos, livros, revistas e materiais disponibilizados em plataformas acadêmicas, a saber, Scielo e Google Acadêmico, filtrados pelas palavras-chave.

A abordagem é do tipo qualitativa que segundo Creswell (2007, p. 187), é fundamentalmente interpretativa, ou seja, o pesquisador faz a interpretação dos dados partindo de uma visão não reducionista dos fenômenos sociais, que permite compreender, descrever e explicar o objeto estudado e as suas relações, dando ênfase a conhecimentos e aspectos de natureza subjetiva, para compreensão da complexidade dos fatos e fenômenos que permeiam os processos singulares do tema abordado. O levantamento dos dados, nos permitiu apresentar uma quantidade significativa de informações e realizar comparações entre os resultados com suas hipóteses em direção ao método qualitativo.

Esta pesquisa seguiu as normas institucionais e diretrizes, critérios e preceitos éticos estabelecidos pelo manual de trabalho acadêmico e científico do Ecosistema Ânima de Educação, garantindo a idoneidade na coleta e processamento de dados, e seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A construção desta peça acadêmica buscou através da revisão bibliográfica, expor os métodos desumanos utilizados como forma de tratamento e aplicados aos sujeitos institucionalizados, desde o modelo manicomial até a promulgação de diretrizes que asseguram direitos aos indivíduos em sofrimento psíquico, como estabelecido pela Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe “sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental”. A partir disso, é possível perceber que o discurso da lógica manicomial é reforçado historicamente, confirmando o higienismo social, a segregação dos institucionalizados, a tutela dos corpos, a violência e os maus tratos que legitimam a utilização de métodos violentos e invasivos.

Por meio da revisão bibliográfica, foi possível filtrar os materiais para estudo, selecionando os instrumentos mais adequados. A partir dessa apuração, foram encontrados e utilizados artigos, livros, revistas e leis, que fundamentaram e reforçaram os objetivos da pesquisa, abordando temas como: história da loucura, instituições totais, segregação social e desinstitucionalização.

Sócio-historicamente, o louco é definido como aquele que foge dos padrões de normalidade, devendo ser excluído da sociedade, uma vez que não havia propostas

de tratamento adequadas para a ressocialização (Saraiva, Santos e Sousa, 2016). O modelo manicomial surge com o objetivo de segregar aqueles vistos como alienados. Por consequência, os Hospitais Gerais e Santas Casas de Misericórdia começaram a abrigar leprosos, pobres, prostitutas, loucos e vagabundos, deixando clara a intenção do Estado de retirar aqueles que apresentavam risco à ordem social, perigo ou que, de certa forma, não eram considerados dignos da convivência em sociedade (Calegari, *et al.*, 2020).

Cada um traz consigo um funcionamento e uma organização de vida, mas uma vez internado, o sujeito passa a ser afastado da concepção que tem de si mesmo, e que lhe permitia ajustamento e defesa frente às situações cotidianas (Goffman, 2003). Nesse contexto, os indivíduos passam por um “desculturamento” da forma de vida que conheciam e começam a vivenciar a realidade da instituição, sendo moldados pelas operações de rotina, processos de perdas e mortificação do eu. Durante a internação, o controle dos pacientes, como principal objetivo da instituição, justificava as ações violentas. Algumas delas físicas como surras, contenções mecânicas, eletrochoques e/ou cirurgias.

Os mecanismos de controle podem ser compreendidos como o conjunto de dispositivos de intervenção que uma sociedade ou grupo social utiliza como meio de assegurar a manutenção do comportamento, percebido como adequado, aos indivíduos (Peters, 2023). Esses mesmos dispositivos enquadram-se como forma de intervenção diante das possíveis mudanças que porventura surjam no meio social. Nesse caso, os mecanismos de controle induzem a conformidade do sujeito a sua nova realidade, seja ela positiva ou não.

Um dos indicadores da falta de objetivo para a recuperação dos internos e a viabilização de um tratamento humanizado nos hospícios, era a própria função dos colaboradores. Eles eram encarregados de vigiar e punir os pacientes que ofereciam excessivo trabalho. Pertencia a instituição hospitalar a responsabilidade de eliminar os sintomas da desordem psíquica. Contudo, como expõe Guimarães (2017), no interior dos hospícios o tratamento era utilizado como recurso para controlar e punir os internos por meio dos dispositivos disciplinares que iam desde a internação, técnicas de hidroterapia, administração excessiva de medicamentos, até aplicação de estímulos elétricos ou o uso de procedimentos cirúrgicos.



CONSIDERAÇÕES

O presente artigo teve como intuito contribuir para o debate contemporâneo acerca da saúde mental, revisitando os marcos sócio-históricos que caracterizaram a loucura enquanto fenômeno segregador, analisando criticamente a desumanização do sujeito asilado em instituições psiquiátricas, apontando como os mecanismos de poder e controle influencia neste contexto. A partir disso, explorou-se a categorização da loucura baseada na noção de que a cura do sujeito aconteceria através de padrões e normas aceitáveis, que justificavam as práticas desumanizadoras e eliminavam a subjetividade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm. Acesso em: 24 maio 2024.

CALEGARI, Thalita et. al. **O modelo manicomial e a necessidade de um novo sistema: desafios para a reforma psiquiátrica no século XXI**. Cccc, [S. l.], p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/604>. Acesso em: 24 mar. 2024.

CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. ed. Éditions Gallimard, 1961.

GOFFMAN, Erving. **Manicômio, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961, 1996, 2003.

GUIMARÃES, Andréa Noeremberg. **Tratamento em saúde mental no modelo manicomial (1960 a 2000): histórias narradas por profissionais de enfermagem**. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 22, p. 361-369, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/Nqmhpijwx99tRHMv6fR8HLCc/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 07 abr. 2024.

PETERS, Carlos Eduardo Marotta et al. **Sociedade disciplinar, reforma psiquiátrica e movimento antimanicomial: processo histórico e desafios na contemporaneidade**. Araçatuba, 2023 Disponível em: <https://unisalesiano.com.br/aracatuba/wp-content/uploads/2023/12/Artigo-Sociedade-disciplinar-reforma-psiquiatrica-Pronto.doc.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024.

SARAIVA, Rayslla Sabrina Pereira; SANTOS, William Araújo; SOUSA, Stéphane Figueiredo de. A história da saúde mental no Brasil: considerações e desafios. **Revista Coopex**, 2016, v. 7, p. 1-12. Disponível em: <http://fiponline.edu.br/coopex/pdf/cliente=3-461bb51bcf9f8f11187607cc90b75f9a.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

SHAUGHNESSY, John J.; ZECHMEISTER, Jeanne S.; ZECHMEISTER, Eugene B. **Metodologia de Pesquisa em Psicologia**. Porto Alegre, AMGH Editora Ltda. 9ª ed: Grupo A, 2012. E-book. ISBN 9788580551013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551013/>. Acesso em: 9 abr. 2024.

FOMENTO

Outros.

